



Sr. presidente do Senado, senador Renan Calheiros; sr. presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim; sr. governador de Minas Gerais, Aécio Neves; sr. ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo; sr. vice-presidente da Casa, senador Tião Viana; sr. senador João Alberto; sr. senador representante da Paraíba, Efraim Morais; sras. e srs. senadores; srs. ministros de Estado; ilustres ministros do meu governo que tiveram a bondade de aqui comparecer; auxiliares que, comigo, àquele tempo, trabalharam pelo

nosso país; minhas senhoras e meus senhores – e, se a Casa me permite fazer uma reminiscência e matar saudades, já que estamos falando ao Brasil inteiro –, brasileiras e brasileiros:

Discurso proferido no Senado Federal em 15 de março de 2005, na 20ª Sessão (Especial), destinado a comemorar os vinte anos de redemocratização do Brasil, e publicado em: *Diário do Senado Federal*, ano LX, nº 22, Brasília-DF, 16/3/05.

JOSÉ SARNEY

Discurso no Senado

JOSÉ SARNEY
é senador, ex-presidente da República e escritor.

As datas redondas nos seduzem sempre a tentar marcar o tempo. É isso o que ocorre hoje, quando estamos aqui procurando marcar esse tempo de vinte anos da restauração democrática brasileira.

Ninguém governa o tempo em que governa. Há tempos em que a gente administra realidades simples; há tempos em que se administra escassez, ou fartura, a rotina do dia-a-dia, as crises que permanentemente têm os governos. Porém, há instantes em que a história se contorce juntamente com a tarefa de governar. Contorce-se de tal maneira que as decisões dos governantes podem se transformar em mudanças de rumo, podem se transformar em retrocessos.

Correspondeu justamente ao tempo em que exerci a Presidência da República um desses momentos da história, em que ela, poderosamente, se movimenta, exigindo dos homens públicos assumir posições que em geral não são chamados a assumir quando administram tempos tranquilos.

Àquele tempo reproduzíamos no Brasil a velha tradição brasileira, em momentos em que a história se movia, de sabermos encontrar um terreno comum para que o país pudesse prosseguir na marcha em direção ao seu destino.

Não é fácil falar quando se é, de certo modo, um participante da própria história. Mas a história do Brasil é marcada justamente por aquele mesmo sentimento que nos uniu naquele momento difícil.

Recordo que, na Independência, não nos matamos entre portugueses que aqui estavam e brasileiros. Foram José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, José Bonifácio que começaram a conversar com o imperador, de modo a que ele depois dissesse o “Fico”, comandasse a Independência, convocasse a Constituinte. Dessa forma, o Brasil se inaugurava não como os países de língua espanhola, separados por lutas sangrentas, formados em campos de batalha, que se dividiram desde o tempo em que Bolívar pensou na Grã-Colômbia, mas como uma construção do poder político, síntese de todos os poderes.

No Brasil, conseguimos construir nossa história com um espírito de conciliação que nos une sempre nos momentos de dificuldades.

Enfrentamos a abdicação do imperador, a maioria, o Ato Adicional, a questão

da escravatura. Chegamos, finalmente, à República. Republicanos e monarquistas unem-se para encontrar a saída para o país. Foi assim sempre, e isso explica a unidade nacional. O Brasil só é este continente, só se manteve unido, porque os homens públicos brasileiros – essa construção política do Brasil – souberam manter o país na sua integridade.

Esse espírito é sempre encarnado por um homem. Naquele momento, a história tinha preparado para colocar todo esse peso da tradição brasileira num homem que se chamava Tancredo Neves. Tancredo mesmo dizia: “Eu sou um conciliador”. Essa era a sua essência. É por isso que ele falava muito em Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, que tinha sido do Ministério da Conciliação. E, até para fazer uma pequena restrição, dizia: “Só não transijo com os princípios”. Era quase aquilo que Ghandi dizia, quando falava dos pecados do mundo: não há penitência sem dor e não há política sem princípios.

O centro da ação política de Tancredo Neves, sua característica maior, residiu no espírito de conciliação. Conciliar é admitir que não somos donos da verdade, e que nossas idéias podem conviver com outras idéias. É o campo da pluralidade, ideal democrático, muito difícil de se alcançar na política, onde muitas vezes se toma como inaceitável a convivência. A visão do político menor limita suas obrigações às suas verdades e dogmas e aos interesses dos partidos e facções. Outro terreno é o espaço dos estadistas quando, acima da política, está o interesse de todos. *Todos*. Nessa palavra-chave está a chave do homem de Estado. Quem melhor o definiu foi Tiradentes, que se dava como missão trabalhar para todos. Tancredo tem esta marca de pensar em *todos* e toda sua vida é marcada pela palavra conciliação, que é a busca de servir a *todos*.

Tancredo dizia que a conciliação não podia ser confundida com um mero oportunismo, mas como uma opção pragmática e circunstancial. É uma negociação sempre desejável na sociedade pluralista e aberta, para evitar barganha política in-

desejável, substituindo-a por um meio “legítimo de resolução de conflitos vividos pela sociedade”.

A história tinha preparado Tancredo para essa tarefa, pois ele era um homem que conhecia o Brasil, os homens, a arte política. E só foi possível que se construísse a transição graças a esse conjunto de qualidades que ele encarnava.

Tancredo tinha o trabalho do passado, das crises que vivera. Ele chorara diante do túmulo de Getúlio, falara, comovido, naquela compulsão nacional que foi a morte do presidente. Tancredo fez um discurso de conciliação, pediu que o Brasil não se dividisse no sangue e no gesto de Vargas. Assim se comportou naquele momento.

Com Juscelino Kubitschek e a crise da maioria absoluta, é Tancredo quem costura, com a sua capacidade, aquilo que depois se tornou a posse de Juscelino Kubitschek. O presidente assumiu marcado para ser deposto, porque havia uma reação das Forças Armadas, uma reação política muito grande. Por isso, ele saiu do Rio de Janeiro em busca de Brasília, como D. João VI saiu de Portugal para o Brasil por causa das tropas napoleônicas.

Na crise de 61, com a renúncia de Jânio, a solução é construída pela conciliação. Só há um homem para essa tarefa, aceito por todos. E quando se diz que Jango Goulart foi empossado e se criam várias teses para analisar aquela crise, meu testemunho de quem viveu os fatos é o de que foi o penhor do equilíbrio de Tancredo Neves à frente do governo parlamentarista a chave da solução. Ele inspirava confiança. E como ele soube exercer sua capacidade tática de negociar! Como formou um gabinete que, na heterogeneidade, tinha a unidade de objetivos. Quais eram eles? Manter Jango no poder? Uma questão pessoal? Não. Era atravessar uma etapa. E ele fez admiravelmente bem: baixou a temperatura política, impessoalizou sua tarefa, dissolveu as nuvens da discórdia.

Em março de 1978, Tancredo torna-se líder da bancada do MDB na Câmara. Em novembro, mês em que acaba o bipartidarismo, elege-se senador. Articula, então,

a criação do Partido Popular (PP), de centro, que reúne dissidentes do MDB e da Arena, inclusive seu histórico rival Magalhães Pinto. Solução mineira: Tancredo é o presidente e Magalhães o presidente de honra. É a tentativa de criar uma opção de poder de centro, democrática, diferenciada da esquerda e da direita radical. No final de 1981, o governo Figueiredo passa o voto vinculado e abate o PP que, então, reage e se funde com o PMDB. No final de 1978, caíra o AI-5, com a Emenda Constitucional de que fui relator.

Eleito governador de Minas em 82, Tancredo assume, em março de 83, e prossegue a luta pela redemocratização. “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.” “Liberdade é o outro nome de Minas.” Então, age no Congresso, na imprensa, na prática permanente do diálogo e da conciliação. No governo de Minas, acerta com Aureliano Chaves o Acordo de Minas – Aureliano, outro patriota, grande brasileiro, a quem a Nação muito deve. Se um dos dois saísse candidato a presidente, o outro apoiaria. Participa da campanha por eleições Diretas-já para presidente no início de 84. Prega a união nacional. Trabalha exageradamente e diz com ironia: “Para descansar, tenho a eternidade”.

Com apoio de amplo espectro ideológico, compõe, costura e aglutina as forças de oposição e dissidentes do governo – como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, eu próprio e muitos outros – e sai candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Tece engenhosa articulação dentro do PMDB. Une os diversos grupos e correntes, rompe resistências no seu partido, recebe a adesão do grupo autêntico, atrai o apoio de Ulysses. Dialoga com setores do governo, vai à sociedade civil, dialoga com lideranças militares, quebra resistências, vence manobras políticas. Faz vibrante campanha por todo o país, recebendo a aprovação direta do povo nas ruas e praças, sempre com a bandeira da conciliação nacional, sem revanchismo, como saída para o impasse e a crise.

Transige e negocia. Transforma a ener-

gia política da campanha das Diretas-já em combustível da vitória no Colégio Eleitoral. Faz impensável engenharia política. Coerente, é sempre o moderado fiel à liberdade. Prega mudanças, promete a convocação de assembléia nacional constituinte, pede união e condena o sentimento de represália. O projeto é a democracia. Tranqüiliza todos, militares e civis. Faz o que adora fazer: política. A grande política.

Muitos presidentes, na história do Brasil, assumiram com a vocação de serem depostos. Como Deodoro, Bernardes, Getúlio em 1950, Juscelino, Jango, também posso dizer que fui um presidente que assumiu com todas as condições para não terminar o seu mandato: não tinha um grande partido, não fora a pessoa que compusera o Ministério, não conhecia os programas de governo. Sempre dizia a Tancredo Neves que eu me preparava para ser o vice-presidente fraco de um presidente forte.

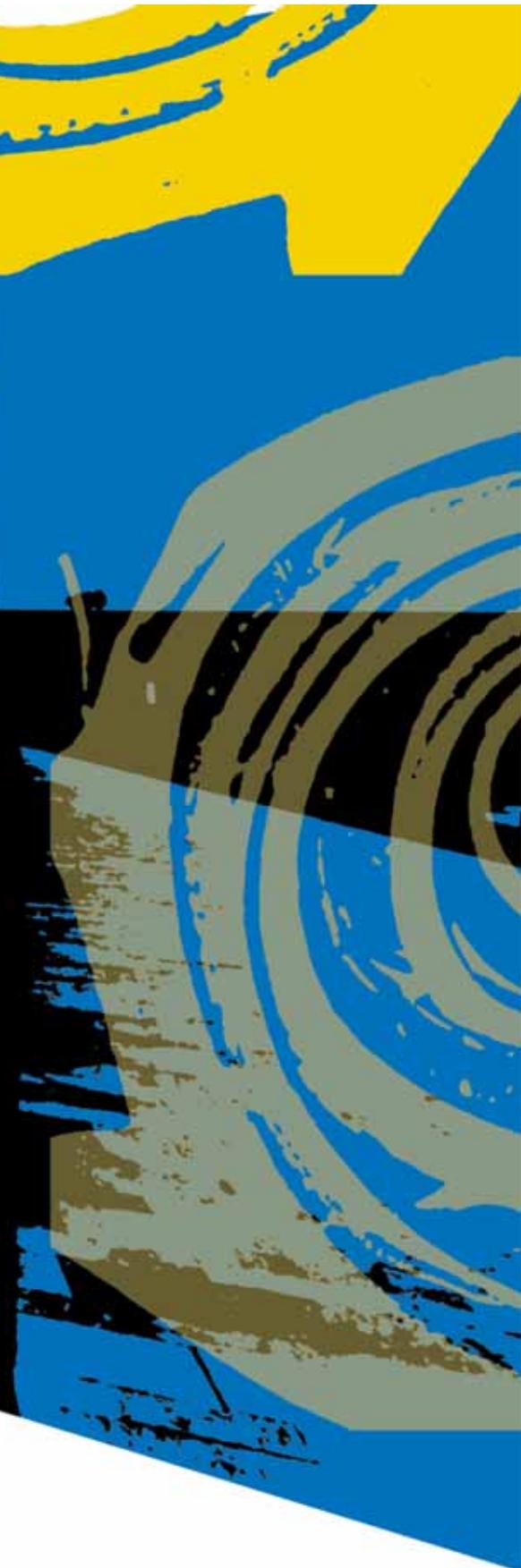
De repente, naquela noite – aqui lembrada e que não quero relembrar para não repetir as amarguras e as emoções que vivi naqueles instantes de tristeza e de comoção –, às 3 horas, o general Leônidas Pires me telefonou dizendo: às 10 horas, o senhor vai assumir a Presidência da República.

Pensem o que é, para uma pessoa de responsabilidade, assumir a Presidência da República, com todas aquelas fragilidades! Meus olhos estavam voltados para o futuro e eu perguntava: o que vai acontecer? O que vamos ter? O que vai acontecer comigo? O que o destino quer fazer comigo? Por que me trouxe de tão longe para, neste momento, desafiar a minha capacidade?

Fui quase que levitando jurar a Constituição. Foi um momento que jamais esquecerei na minha vida e que me marca profundamente. Mas, hoje, vinte anos depois, estou aqui, não com aqueles olhos no futuro, procurando o que ia saber, mas com os olhos no passado, sabendo que todos fizemos uma grande transição democrática neste país. (Palmas.)

Foi obra de todos nós, foi obra de Ulysses, foi obra de Tancredo, porque Tancredo dava o exemplo. Ele dizia ao dr. Dornelles que só aceitava ser operado se o





presidente Figueiredo me transmitisse o poder, porque ele lutara por aquilo. Seus olhos estavam sempre voltados para o objetivo de sairmos daquela situação naquele instante. E o dr. Dornelles, de certo modo, forçando os acontecimentos, disse a Tancredo: “Você pode se operar, porque o Figueiredo vai dar posse ao Sarney”. E ele disse aos médicos: “Então, me operem”.

Esse homem jogava a sua vida pelos interesses do país. Ele não estava pensando simplesmente em tomar posse pela posse; ele estava pensando em tomar posse pelo país. É por isso que acho que a frase de Afonso Arinos é a mais perfeita de todas. Diz: “Na história do Brasil, muitos deram a sua vida pelo país, mas Tancredo é o único que deu a sua morte pelo Brasil”. (Palmas.)

Eu seria injusto se, na lista dessas evocações, não incluísse a figura de Aureliano Chaves. (Palmas.)

E o faço até por um dever pessoal, até por um dever de consciência, porque, quando eu dizia que não aceitava ser vice-presidente, que não queria ser vice-presidente, ele me chamava e pressionava: “Não se exclua! Se você não for o vice-presidente, eu não farei a Aliança Democrática!”. Com isso, ele me impunha. E é com a evocação da minha gratidão eterna por ele ter acreditado em mim naquele instante, que tenho a obrigação de lembrar, perante esta Casa, o que foi a presença de Aureliano na junção daquelas nossas forças.

Muitos dos que participaram daquele momento estão aqui. No início, éramos Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira e eu, dentro do PDS. Depois, se agregaram a nós Antonio Carlos, Aureliano, Marco Maciel, e começamos a ampliar de tal maneira esse conjunto, que foi possível chegarmos à decisão que tivemos que tomar.

Mas Tancredo era um homem experiente, sabia que eu não podia ser vice-presidente apenas por ser indicado pela Frente Liberal, eu precisava também ter a legitimidade da sua escolha. Ele, então, chamou-me, uma noite, a Minas Gerais, à casa de Murilo Mendes. Dona Risoleta jantava com a senhora Murilo Mendes em uma mesa separada. E disse-me – sabendo que isto

não era tudo, mas me legitimando naquele momento: “Sarney, se você não aceitar ser vice-presidente, eu talvez não possa sair do Governo de Minas”. Talvez essa fosse uma maneira de falar. E argumentei: “Tancredo, você tem tantos candidatos e pode escolher qualquer um deles”. Ele respondeu: “Mas você conhece o mapa da mina do PDS”.

Ele julgava que, por eu ser presidente do partido, eu conhecia todos os delegados. E ele, então, grande articulador político, legitimava-me na escolha que a Frente Liberal fazia e entregava-me uma missão ainda mais dura, que era a de procurar a maioria dentro do nosso partido.

Vejo aqui Aecinho – chamo-o assim. Quando ele assumiu interinamente a presidência da República, como presidente da Câmara dos Deputados, eu, que passei a me considerar um herdeiro dos compromissos de Tancredo Neves, fui visitá-lo. Quando entrei na sala, ele estava sentado como presidente da República. E eu disse: “Vim aqui trazer-lhe um presente que você não esperava que existisse, algo que certamente você iria receber. Eu vim trazer um beijo do seu avô Tancredo Neves!” (Palmas.)

Foi o que fiz. Eu o conhecia e via o amor que ele tinha por Aécio Neves. Eu via sempre o carinho. Como ele estaria feliz, hoje, nesta sessão, vendo seu neto como governador de Minas Gerais, ouvindo que o seu exemplo ficará na história do Brasil, não no seu nome, mas na pedra, no bronze e na eternidade!

Devo prosseguir, mas não poderei ser tão breve como desejava e como todos esperavam que eu fosse.

Quais foram as minhas dificuldades? Devo este depoimento ao Brasil, neste dia. Sempre pensei que eu precisava me legitimar e, muitas vezes, conversei sobre isso com Antonio Carlos. Ninguém pode ser presidente da República sem ser legítimo. E tracei um plano estratégico de como devia conseguir essa legitimidade. Não fui no escuro. Ninguém pense que eu estava no meio dos acontecimentos como se fosse levado por eles! Não!

Em primeiro lugar, eu tinha de abrir totalmente o país, fazer um pacote político

no qual todos os espaços nacionais fossem abertos às forças que emergiam da clandestinidade, dos partidos políticos que estavam banidos. Acabei com as eleições indiretas imediatamente, convoquei a Constituinte e eleições para novembro. Pensaram: “Que coisa mais absurda começar um governo com essas dificuldades e convocar eleições para novembro!”. Mas eu pensava que deveríamos abrir espaços para, em vez de violência e gente procurando se afirmar pela força, termos a liberdade florescendo, e para que o país pudesse, respirando esses ventos da liberdade, encontrar-se com seu destino e sua construção. Assim, começamos a fazer essa parte.

O Brasil não era mais uma ditadura, porém estava longe de garantir o pleno exercício da democracia. O mundo estava cheio de exemplos de transições políticas traumáticas, como em Portugal e na Grécia, para não me referir aos sucessivos abortos institucionais na América Latina. Os próprios processos argentino, chileno e uruguaio preocupavam. Não era possível resolver tudo ao mesmo tempo. O Tancredo tinha um projeto cauteloso de transição. Mas ele chegava ao poder com um cacife político extraordinário, uma verdadeira federação de apoios populares. Podia, portanto, estabelecer prioridades tanto na política como na economia. Eu, não. Eu chegava desamparado à Presidência, numa verdadeira armadilha do destino.

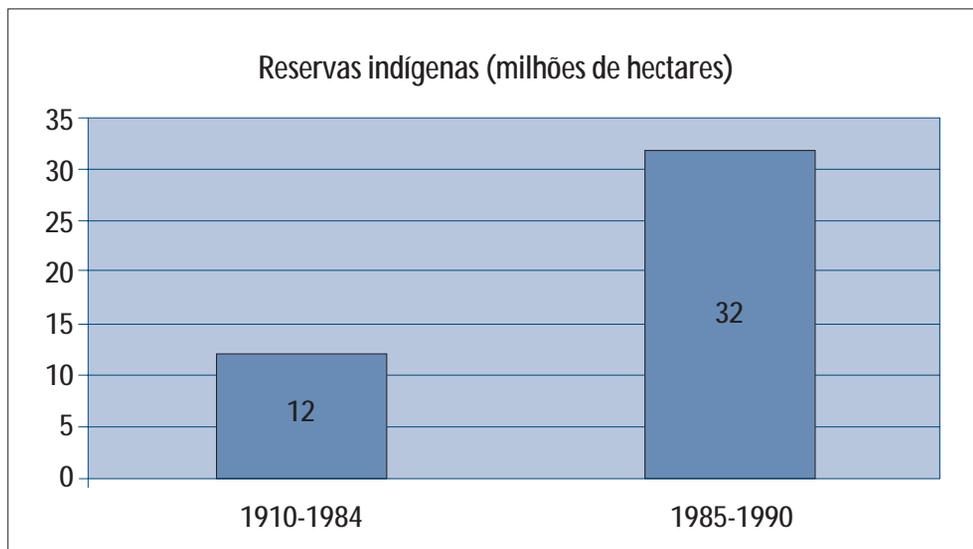
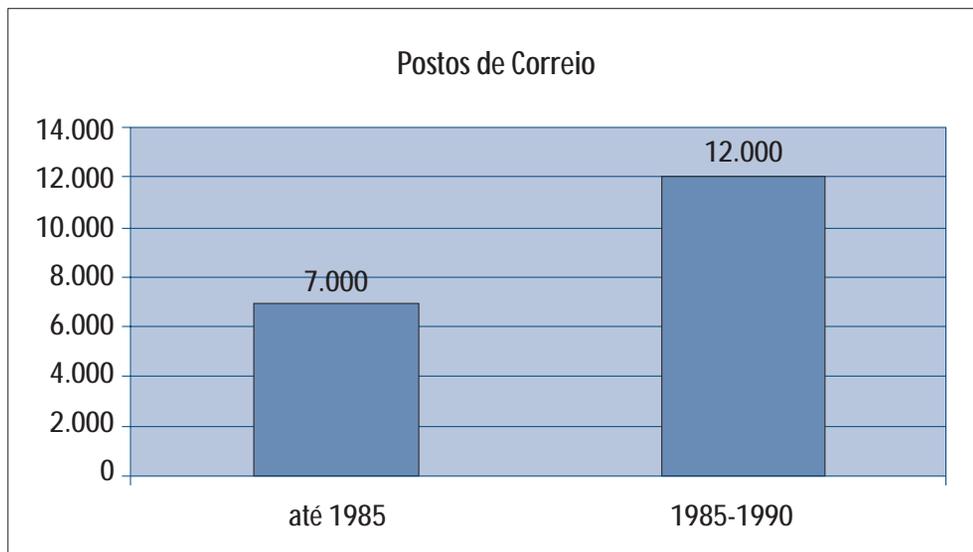
Para legitimar o meu governo, eu tinha de buscar um caminho próprio que me levasse diretamente à opinião pública. Mostrar que eu tinha intenção e estrutura para comandar a transição. Eu resolvi, então, abrir todas as portas à liberdade. Correr o risco de ampliar espaços e estabelecer uma sociedade em condições de retomar a prática da liberdade em todas as dimensões de seu cotidiano. É claro que essa decisão tinha seus custos: 12 mil greves, imprensa com total independência e sequiosa de testar seus limites que, como se viu, eram ilimitados. Legalizei logo o Partido Comunista e convoquei a Constituinte unicameral. O objetivo era claro: romper os bolsões de pressão, criar espaços onde a

energia para a contestação fosse liberada. Era o caminho da minha legitimação. Quem melhor compreendeu essa estratégia foi o PT, que aproveitou esses espaços para se consolidar, enquanto os partidos de talhe tradicional disputavam posições de governo em vez de apoiá-lo em um programa e pacto para a transição.

O primeiro dever do presidente é permanecer no poder e legitimar-se. Esta tarefa era difícil. Alguns ministros nem no olhar me poupavam de saber que não me aceitavam nem por mim tinham simpatia. Foi uma tarefa árdua avançar pouco a pouco, incutir-lhes a certeza de que não estavam lidan-

do com quem não sabia nem previa o que estava acontecendo e o que seriam agora suas responsabilidades.

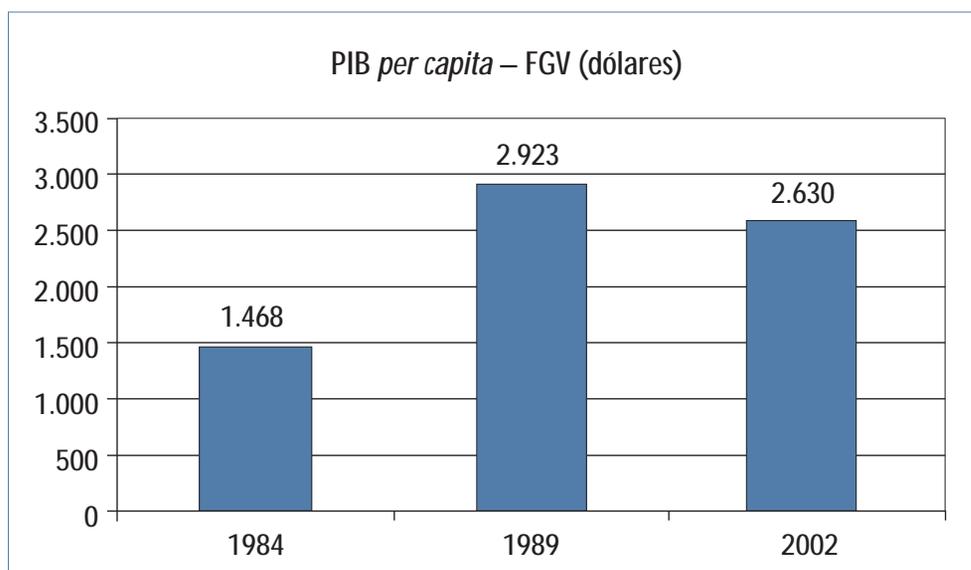
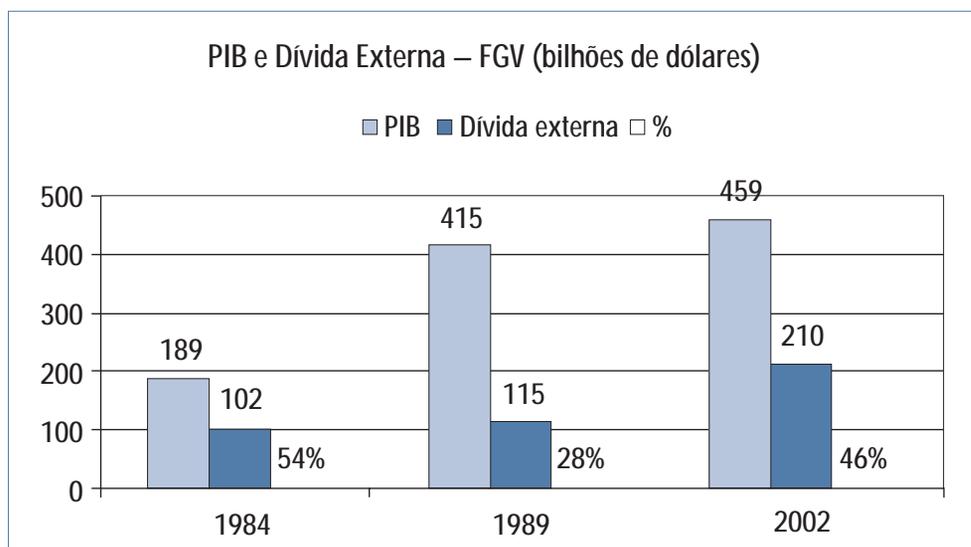
As Forças Armadas eram a única instituição capaz de exibir uma posição de força. Só elas têm planos estruturados para uma emergência de crise. As Forças Armadas sempre têm programas para evitar o caos. Naquele momento, elas ainda eram as fiadoras do processo político. Essa foi outra área na qual tivemos o mais absoluto êxito. O que ocorria? Os militares ainda tinham grandes reservas, estávamos saindo de um regime difícil. Então, tive a oportunidade de chamá-los e de estabelecer com



eles duas regras, com as quais conseguimos governar. Eles voltaram aos quartéis, profissionalizaram-se e mantiveram as Forças Armadas baseadas na Constituição e na lei, como estão até hoje, integradas na vida nacional. Foram as seguintes as regras, das quais o general Leônidas, que está aí, foi um dos principais interlocutores: primeiro, seguimos a orientação de Tancredo, que não deseja revanchismo – “a abertura tem que ser feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas”. (Palmas.) – e, com isso, evitamos a luta que podia ser desencadeada. Em segundo lugar, chamei

todos os comandantes e disse: “Se sou o comandante-em-chefe, o dever de todo comandante é zelar pelos seus subordinados. A partir de hoje, os senhores não precisam mais fazer notas em ordem do dia, falando indiretamente, sobre qualquer assunto”, como sistematicamente se fazia. “Quem fala em nome das Forças Armadas sou eu e serei o seu maior defensor.”

Com isso, atravessamos um período em que não tivemos uma prontidão militar sequer; não tivemos qualquer insubordinação. Assim, foi possível que as Forças voltassem aos quartéis. Demos recursos para



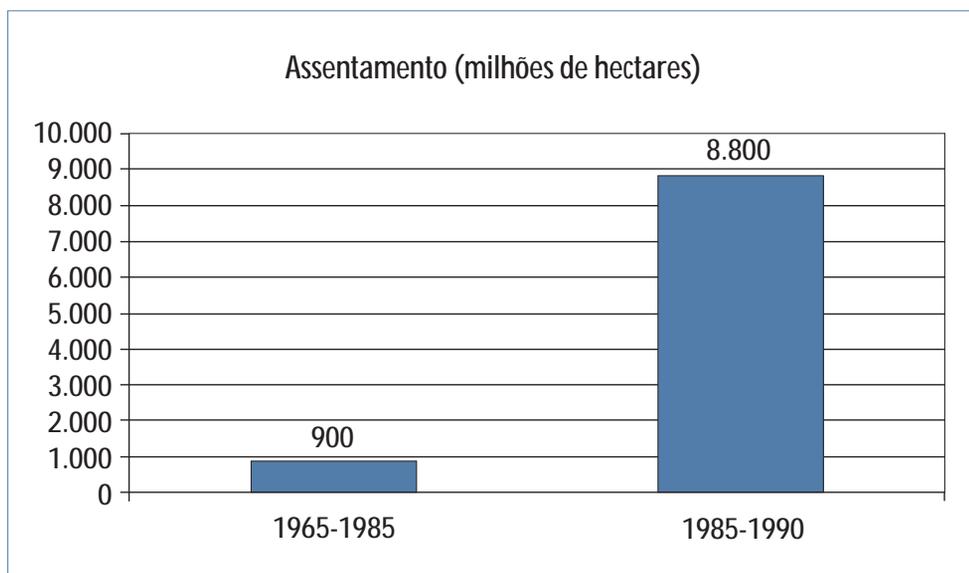
que pudessem trabalhar, modernizaram-se e hoje estão integradas à vida nacional, integradas ao poder político, que é a síntese de todos os poderes. (Palmas.)

Um terreno estava à margem da disputa política: a política externa. Concentrei-me nela. Iniciei a prática da diplomacia presidencial amparada por um projeto coerente: o da afirmação de nossa soberania e de nossa inserção na América Latina. Avançamos muito. Firmamos a adesão do Brasil ao Convênio contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes – o Pacto de San José. Criamos, por iniciativa do Brasil nas Nações Unidas, a zona de paz do Atlântico Sul. Iniciamos, no mês de agosto, junto com o presidente Alfonsín, o Mercado Comum latino-americano com o programa de integração com a Argentina e o Uruguai, e aberto a todo o continente. Promovemos iniciativas bilaterais com os países amazônicos para defesa do meio ambiente. Reatei relações com Cuba. Visitei os EUA, mas também a Rússia e a China. Por três vezes falei na abertura da Assembléia das Nações Unidas. Realizei duas grandes e importantes reuniões históricas neste país, com presidentes do mundo inteiro. Lembro da reunião realizada em São Luís, de oito presidentes dos povos de língua portuguesa. Lembro a reunião que realizamos em Manaus, de sete presidentes de todos os países da Bacia

Amazônica. Tivemos participação ativa no Grupo dos Oito, que também ajudamos a fundar. Lutamos nos organismos internacionais por um tratamento político da dívida. E tudo fizemos para que o país pudesse caminhar num tempo de grandes dificuldades, que não foi um tempo somente nosso, mas de todo o mundo que assiste neste instante a grandes transformações.

E, na busca de legitimidade econômica – aqui estão Calabi, que foi da equipe, e Maílson, que foi depois meu ministro da Fazenda, que sabem disto –, fomos ver o que se tornaria o Plano Cruzado. Mandamos Pêrsio Arida a Israel para procurar saber o que estava sendo feito lá, na busca de um plano econômico não ortodoxo, mas heterodoxo. Eu sabia que não poderia fazer um plano ortodoxo, nem seguir nenhuma norma de conduta de cartilha internacional. Se o fizesse, iria optar pela recessão, pelo desemprego, pelo atraso. Recusei-me a fazer isso. (Palmas.)

Partimos para o Plano Cruzado, sabendo de todas as dificuldades. Não iniciei o Plano Cruzado sem saber os riscos que correríamos. Lembro-me – e Calabi está aqui – da noite em que nos reunimos, quando eu disse: “Sei, perante todos os senhores, que estou colocando a minha cabeça na guilhotina, mas temos de ter ousadia. Vamos ousar! Vamos tentar romper essa barreira para tentar dominar a inflação!”.



A inflação não foi uma invenção minha, nem do meu governo. O Figueiredo já deixou a desvalorização da moeda perto dos 300% ao ano. No final de meu governo a economia sofreu como nos meses que antecederam o governo do presidente Lula. A inflação subiu de 5%, em março de 1989, quando começou a campanha eleitoral, para 82%, em março de 1990. Essa inflação não foi minha. Era fruto da expectativa do futuro governo.

Posto muitas vezes diante da alternativa da recessão, minha opção pessoal foi de indexar os salários, corrigindo-os mensalmente. A correção mensal porque era o colchão no qual se apoiavam os assalariados para diminuir o impacto da inflação. Falasse em inflação com correção monetária e em inflação sem correção, como se fossem a mesma coisa. São coisas impossíveis de comparar. Eu digo que uma inflação de 6% ao ano sem correção monetária, como vinha ocorrendo com o salário do funcionalismo, é mais corrosiva do que a de 80% ao mês daquele tempo, corrigida mensalmente. Pergunte a qualquer trabalhador, com mais de 35 anos, o que ele acha das duas situações. O desemprego caiu de 8% para 2,36%, o menor de nossa história. E qual foi a inflação real em meu governo? O dado é da consultoria Tendências: a inflação em dólares foi de 17,3%.

Cometemos erros e acertos. Reconheço muitos erros que cometi. Foram muitos, muitos erros. Não vou relatá-los, porque levaria muito tempo. Mas, na verdade, em alguns momentos, também tivemos muitos acertos.

Hoje, posso dizer da tribuna do Senado que aqueles não foram anos em que o Brasil recuou, atrasou-se. Ouço, muitas vezes, dizerem que foram anos perdidos. A década de 80 não foi perdida. Se separarmos os períodos de 1980 a 1985 e de 1985 a 1990, verificaremos que, de 1985 a 1990, obtivemos números na economia que até hoje não foram superados no Brasil. Naqueles cinco anos, crescemos 99% no nosso PIB; chegamos a ter o terceiro saldo exportador internacional, depois do Japão e da Alemanha. A renda *per capita* – tratando sempre de

desempenho econômico, para não atrapalhar – , em 1984, era de US\$ 1.468 e, em 1989, chegou a US\$ 2.923. Hoje, está em US\$ 2.789. Isso demonstra que aquele não foi um período de paralisação. Ao contrário, o Brasil avançou, e muito, durante aquele período.

Enfim, saí do governo consciente de que ninguém, naquelas circunstâncias, teria mais desejo de acertar do que eu tive. Por exemplo: o déficit primário do Tesouro, em 1984, foi de 2,58% do PIB e, quando saí, deixei um superávit primário de 0,8%. Buscávamos o equilíbrio.

Vejamos outros dados:

- A dívida externa passou de 54% para 28% do PIB.
- Na energia elétrica, a produção cresceu 24,1%; o número de consumidores cresceu 22,3%; os investimentos foram da ordem de 29 bilhões de dólares.
- Passamos do oitavo para o sétimo lugar em economia industrial no mundo.
- No petróleo, passamos de 2,7 bilhões de barris para 8 bilhões.
- Tivemos três safras agrícolas recordes, passamos de 50 para 70 milhões de toneladas de grãos.
- Em estanho, com 400 mil toneladas, passamos a ser o maior produtor do mundo.
- Em manganês, multiplicamos por 4 nossa produção, chegando a 810 mil toneladas.
- A Siderbrás passou de quinto para segundo maior grupo siderúrgico do mundo.
- Passamos de oitavo para sexto maior produtor mundial de aço.

Nosso desafio passava por uma modernização da administração pública. Melhorei a eficiência do serviço público, dando aumentos reais ao funcionalismo, além do 13º salário. Criei a Enap, a Escola Nacional de Administração Pública, seguindo o modelo francês, na tentativa de criar uma carreira geral do serviço público, e começamos a implantar a isonomia salarial.

Extingui a conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil, unificamos totalmente o Orçamento Geral da União,

com a inclusão de todas as despesas de natureza fiscal, inclusive as realizadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como as operações de crédito rural, criamos a Secretaria do Tesouro Nacional. Criei o Siafi, abrindo as informações sobre o Orçamento.

Abrimos o país para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo. Demos mais de 113 mil bolsas de ensino superior, mais que o total dos 33 anos de existência anterior do CNPq.

Reformulamos a política nuclear, redimensionando-a, adequando-a às reais necessidades e possibilidades do país. Lançamos as bases para uma política de química fina e biotecnologia.

Na área dos transportes, foram restaurados 11 mil e 700 quilômetros de rodovias, pavimentados 4 mil e 508 quilômetros de estradas vicinais, e executados mais de 7 mil e 100 quilômetros de revestimento primário. Passamos de 7 para 12 mil o número de postos de correio.

Houve um aumento de mais de um milhão de hectares da área irrigada, o que significa a ampliação de 56% do que se fizera até então.

Começamos a reforma agrária. Transformamos o programa em ministério no meu governo. O nome sugerido era Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Eu disse: “Não. Vamos chamar de Ministério da Reforma Agrária, porque essa palavra é maldita; temos de colocá-la na ordem do dia do Brasil” – peço o depoimento do Néelson Ribeiro, que está aqui presente, e que sabe que foi isso que ocorreu. Desapropriamos 4 milhões e 500 mil hectares, além da regularização fundiária de 4 milhões e 300 mil hectares, dez vezes mais do que havia sido feito nos últimos 21 anos, desde a criação do Estatuto da Terra. Foram mais de 200 mil famílias beneficiadas.

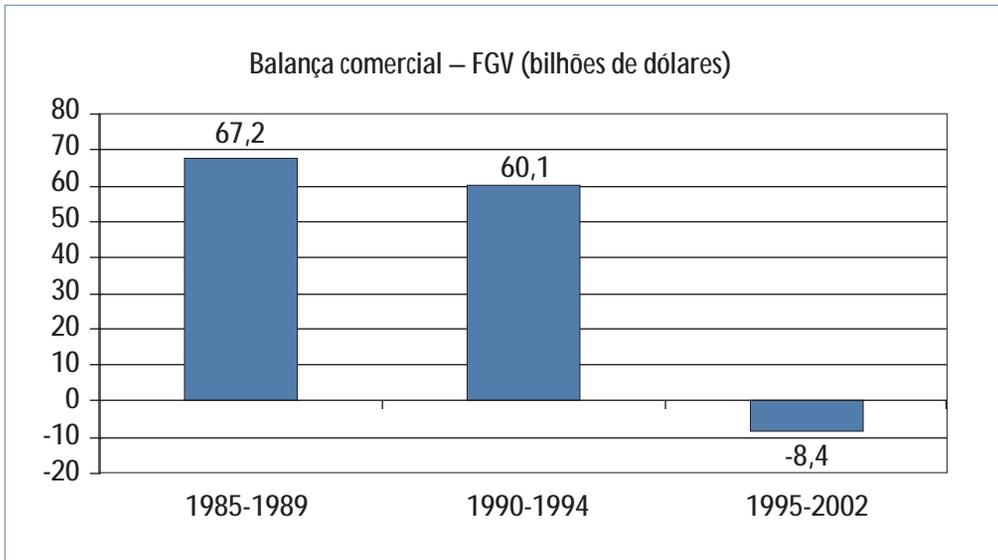
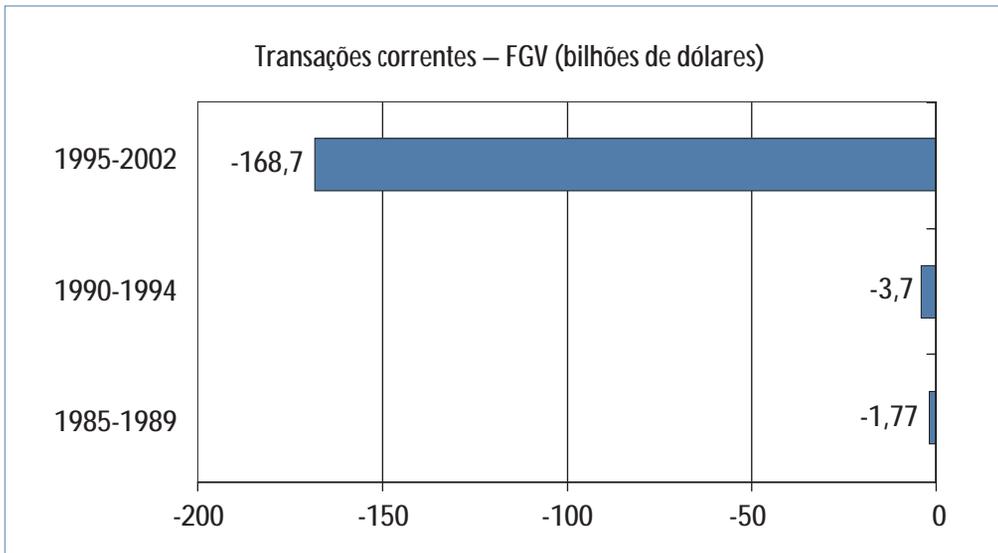
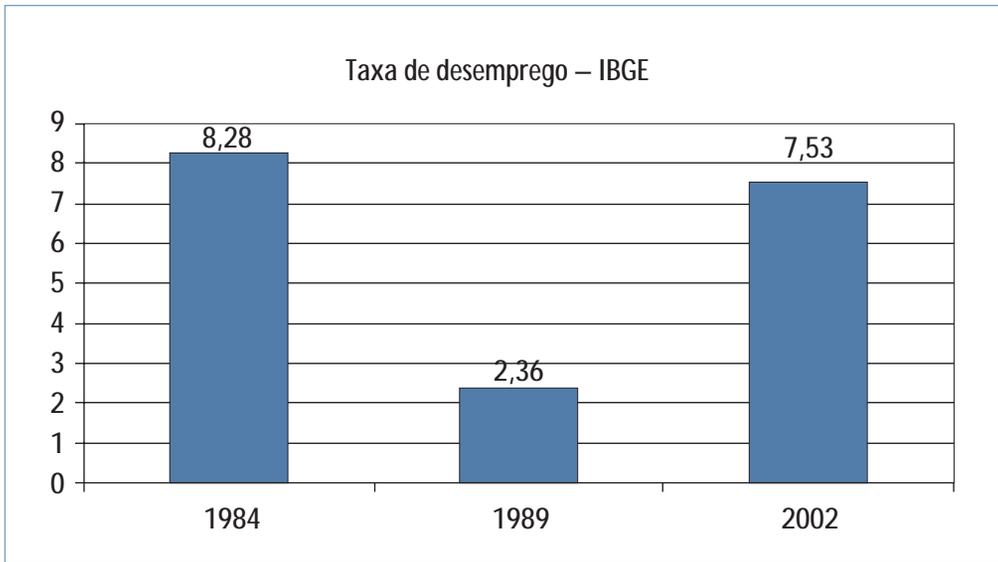
O meio ambiente, o futuro do homem na face da Terra, a proteção da natureza passaram a ser prioridade e um tema dominante em nossas preocupações. Criamos o programa “Nossa Natureza” e o Ibama. Criamos 6 milhões de hectares de reservas ambientais.

Até nosso governo, desde Rondon, haviam sido demarcados 12 milhões de hectares de reservas indígenas; nós demarcamos 32 milhões de hectares.

Com o Programa Calha Norte, livramos a Amazônia do narcotráfico, do contrabando, do refúgio das guerrilhas, protegemos as populações e transformamos fronteiras mortas em fronteiras vivas.

Até então, no Brasil, administrar era sempre tratar de infra-estrutura, dos grandes problemas de construção. A partir dali, colocamos a área social em evidência, e daí o nosso lema “Tudo pelo social”.

Transformei a Presidência numa grande gerência de programas especiais de combate à pobreza. Mandeí pesquisar e identificar, município por município, quais as dificuldades mais prementes sofridas pela população. Foram definidos 16 projetos de ajuda direta às comunidades carentes, dirigidos por agentes das próprias comunidades, como as pastorais, escolas, entidades assistenciais, etc. A mais radical diminuição da pobreza, no Brasil, ocorreu durante o meu governo. Por causa, evidentemente, dos programas de ação comunitária de ação direta, sem intermediação política ou administrativa. 26 milhões de pessoas foram beneficiadas com o vale-transporte; 18 milhões de beneficiados, diariamente, com o vale-refeição; 7,6 milhões de famílias atendidas diariamente pelo programa do leite; 11 milhões de crianças, gestantes e nutrízes no programa de alimentação suplementar; 2 milhões de crianças nas creches casulos; 50 milhões de estudantes e 8 milhões de irmãos de estudantes atendidos pela merenda escolar, que passou de 140 para 260 dias; e assim por diante. A farmácia básica da Ceme atingiu 50 milhões de pessoas com seus 44 medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% graças ao programa de saúde na comunidade.



(Aliás, fiquei satisfeito de, em entrevista recente, Maria da Conceição Tavares atribuir a diminuição da mortalidade infantil nos últimos anos ao meu Programa do Leite.) 230 mil voluntários foram mobilizados nesses programas...

Criamos a universalização da saúde. Antes, no Brasil, o excluído – essa é a palavra que designava o trabalhador que não tinha carteira – não podia tomar uma injeção. Só podia recorrer às Santas Casas. A partir daquele tempo, criamos o direito de universalização da saúde, o direito à saúde e o direito à assistência médica.

Nós, por um sistema de liberdade e de capilaridade, conseguimos que a sociedade brasileira como um todo se tornasse democrática. Abriram-se os sindicatos, abriram-se as universidades, abriu-se a imprensa, abriram-se todos os clubes de associações de bairros. Ninguém tinha medo, e o Brasil tornou-se uma sociedade democrática.

Esse é o grande legado daqueles cinco anos que Tancredo nos deixou, dos quais fui o executor. Foi o legado de não somente restituirmos instituições democráticas ao Brasil – não voltou somente o Congresso a funcionar plenamente, não voltou somente a funcionar a imprensa em sua absoluta liberdade –, mas de começarmos a ser uma sociedade democrática.

Muitos países que fizeram a abertura democrática naqueles anos não construíram sociedades democráticas. Vamos citar o exemplo do Chile: até hoje, o país tem hipotecas militares e luta para sair delas. Há o exemplo da Espanha, que todos dizem que teve êxito. A Espanha até hoje vive no sangue das divisões, sem conseguir unir-se em um país. Nós, aqui, mantivemos, com forças as mais divergentes, um país unido em uma transição que, como já se disse hoje, foi a mais bem-sucedida de todas.

Portanto, olhar para esses vinte anos que passaram é perceber que as forças políticas brasileiras foram capazes de atravessar um período histórico dos mais difíceis para que o país começasse uma nova vida e um novo momento. De tal modo que, já em 1989,

tínhamos um candidato à Presidência da República que era operário e que quase ganha a eleição. Chegou muito perto do primeiro colocado. Por quê? Porque a sociedade havia mudado. Se a sociedade não tivesse mudado, isso não existiria; sem a conquista da liberdade, isso não ocorreria; sem a conquista do social, isso não seria possível. E, quando se fala em construção das elites, vamos verificar que as elites, em especial as políticas, participaram juntas na construção dessa sociedade democrática.

Não devo me alongar mais. Tomei umas notas, mas não posso fazer um balanço de governo aqui, no Senado, em uma sessão como a de hoje. Quero apenas fazer alguns agradecimentos.

O primeiro agradecimento é a Ulysses Guimarães. Ulysses, que, como eu ressaltava, ontem, no programa *Roda Viva*, foi meu conselheiro de todas as horas. Ele liderara a oposição durante os difíceis anos do regime militar. Fora a grande força durante as Diretas-já. Era o fiador da Aliança Democrática, obra, também, de sua capacidade de articular.

Mas devo dar aqui meu testemunho sobre o seu desprendimento naquela noite terrível de 14 para 15 de março de 1985. Em nenhum momento ele colocou os interesses pessoais ou partidários acima dos interesses da transição. Ele podia, com legitimidade, avocar para si a Presidência da República. Em torno a ele, muitas eram as vozes que propunham essa solução. Convencido de que a Constituição e o processo indicavam meu nome, foi o primeiro a insistir comigo, a me dizer que era o meu dever tomar posse.

Depois, durante os anos de meu governo, sempre teve um papel central. Conduziu a Assembléia Constituinte e foi um apoio decisivo na construção da sociedade democrática.

Quero finalmente pedir licença para citar os nomes dos meus ministros que aqui estão.

Quero agradecer ao Célio Borja; quero agradecer ao Pertence, que foi procurador-geral da República. Foi quando começou

todo o processo que transformou o Ministério Público, com a ação civil pública. Quero também saudar o Fernando Lyra. Quero saudar o general Leônidas Pires Gonçalves, que eu conhecia desde o tempo de major – agora é que ele está sendo promovido a coronel –, e que foi um grande auxiliar também durante o meu governo, com os outros ministros militares.

Quero me dirigir ao dr. Francisco Dornelles, também pessoa muito ligada a Tancredo, seu sobrinho querido, que muito me ajudou não só naquele tempo como depois, tendo sempre uma compreensão muito grande das minhas dificuldades e dos meus deveres. A Vicente Fialho; Aníbal Teixeira; a Antonio Carlos Magalhães, a quem devo uma palavra especial pela velha amizade que durante tanto tempo nos une e que, mais do que ministro, era sempre um conselheiro que eu tinha ao lado. Certa vez, eu o ouvi dizer que tinha um grande respeito pelo presidente da República. Sempre teve e passou a ser muito formal. Isso, aliás, é também atitude dos militares. O Leônidas sempre me chamava de Zé. A partir do dia em que me tornei presidente, ele dizia: “O senhor presidente”. Nunca mais me chamou de Zé. O Antonio Carlos, um dia, me disse: “Tenho o meu temperamento” – e acrescentou, modesto –, “mas o seu deve ser melhor do que o meu, porque você já foi presidente da República!”.

Quero lembrar também a Marco Maciel, que aqui está presente; a João Alves; a Paulo de Tarso Flecha de Lima; a Paulo Lustosa; a Jorge Bornhausen, com quem criamos 150 escolas técnicas no Brasil inteiro; a Prisco Viana; a Maílson da Nóbrega; a Waldir Pires; a Pedro Simon; a Flávio Peixoto; a Dante de Oliveira; a Seigo Susuki, admirável colaborador.

Também devo lembrar Leopoldo Bes-sone; Pimenta da Veiga, que foi líder do meu governo; Marcos Vilaça, um grande colaborador; Arthur Virgílio, que também foi líder naquele tempo; general Bayma Denys, a quem devo grande gratidão pelo apoio que me deu e com quem formulei uma nova política nacional de segurança, na qual co-

locamos a inversão das prioridades brasileiras, o que possibilitou a ausência de problemas no Sul do Brasil para voltarmos os olhos para a fronteira dos nortes, onde começava a nova ordem mundial.

Quero também agradecer a presença de Celina Ferro Costa, esposa do Ferro Costa; quero também citar, como colaborador e amigo daquele tempo, Mauro Santayanna; Mauro Salles; dona Antônia Gonçalves, uma secretária muito dedicada a Tancredo, que também aqui está; Joaquim Itapary; brigadeiro Moreira Lima; o nosso Raphael de Almeida Magalhães, o nosso grande Raphael, que sempre foi um homem de idéias; Iris Rezende.

Também quero lembrar, com muito pesar – V. Exas me desculpem, porque é da minha obrigação, embora o tempo realmente esteja longo –, aqueles que morreram, que desapareceram, mas que deram uma grande contribuição ao meu governo e que trabalharam comigo.

Recordo, em primeiro lugar, Dilson Funaro. (Palmas.)

Recordo José Hugo Castelo Branco. (Palmas.)

Chamo Marcos Freire. Recordo Roberto Cardoso Alves, Roberto de Abreu Sodré, Renato Archer, Carlos Sant’Anna, Celso Furtado. (Palmas.)

Há dois dias, perdemos um dos homens mais importantes que o Brasil já teve, um grande colaborador, o almirante Henrique Sabóia, um grande patriota. (Palmas.)

Assim, sras e srs. senadores, quero me despedir desta tribuna e dizer que conseguimos deixar para o país, por herança de Tancredo Neves, um grande legado democrático. Esse legado aí está consolidado, e eu, que assumi o governo pensando que a democracia podia morrer em minhas mãos, saio desta tribuna dizendo que, graças a Deus, nas minhas mãos a democracia não morreu nem retrocedeu no Brasil. Ela floresceu para torná-lo o grande país democrático que é e para nos transformar na grande sociedade democrática que somos.

Muito obrigado.
(Palmas.)

teetots